



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

8, 9 e 10 de dezembro de
2012



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 10/12/2012
Assunto: Educação, entre o público e o privado		Página: 14

DIÁRIO CATARINENSE

Educação, entre o público e o privado

Pela primeira vez me envergonhei de não ser mais professora do ensino público. Da janela de um ônibus, vi a manifestação de funcionários da saúde e foi inevitável a lembrança: dos anos em que fui professor estadual – sofredora – como dizem.

Assobios. Narizes de palhaço. Camisetas brancas. Cartazes e um caixão de defunto. De repente, dois amigos me acenaram, sorrindo e eu correspondi timidamente. Em seguida, veio-me a culpa: a desistência. Desistir do ensino público, neste país, é desistir da educação, um direito de todo cidadão. Será? É render-se ao capitalismo, à rede privada de ensino, à elite. Fazer o quê? Não só de pão vive o homem.

Voltei ao final da década de 1980. Eu, uma professora “acetan-sa” – como dizem – isto é, substituta na Escola Estadual Zulma Becker, em Santo Amaro da Imperatriz. Lá, tinha um sonho: garantir estabilidade e um salário melhor.



ROSANE CORDEIRO
Professora de Redação do Curso e Cólégio Energia, Graduada, Mestre e Doutora em Letras-Literatura Brasileira pela UFSC

Ilusão. E da graduação ao doutorado, de Santo Amaro a São José, permaneci aproximadamente 13 anos como professora efetiva no ensino público.

Despertei nos alunos o gosto pela leitura e pela escrita; desenvolvi projetos e vi alguns alunos se tornarem professores. Encabecei greves; escrevi manifestos; fui descontada; perseguida para depois “morrer na praia”: sem ajustes significativos, sem plano de carreira, sem dignidade.

Não me arrependo de ser professora e de ter insistido nessa profissão desacreditada. Arrependo-me de ter desistido de um sonho. Difícil, Lindolf Bell, não ser menor que meu sonho. Ao assistir à propaganda política só ouvi promessas à educação; abro a *Veja* e leio as críticas de Lya Luft às cotas. Vergonha. Espero, um dia não me envergonhar de ter sido professora. Neste caso, me caberá, além de um nariz de palhaço, um clássico de Machado de Assis: “também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária”.

Não me arrependo de ser professora e de ter insistido nessa profissão desacreditada. Arrependo-me de ter desistido de um sonho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 10/12/2012

Assunto: A reforma e o centenário

Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

A reforma e o centenário

O dia 10 de dezembro de 2012 ficará imortalizado na história da educação catarinense, da cidade de Laguna, da imprensa e da maçonaria de Santa Catarina. Há exatos cem anos era inaugurado o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, com o nome do mais ilustre de todos os catarinenses durante o Império, falecido em 1860.

O educandário tem um significado todo especial para a população. Era mais uma unidade de ensino enquadrada dentro da maior revolução ocorrida no Estado.

Estava em vigor a famosa “reforma Orestes Guimarães”, professor paulista convocado pelo governador Vidal Ramos para modernizar e democratizar o ensino nas principais cidades de Santa Catarina. A instituição do “grupo escolar” é uma das extraordinárias conquistas daquele período histórico. Ali começava uma nova face da educação, com unidade e integração entre professores e alunos, com novos conceitos

e um a filosofia diferente no aprendizado das crianças e dos jovens.

O livro A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918), dos professores Norberto Dallabrida e Gladys Teive, faz a releitura da excepcional reforma. Ali se resgata o papel desempenhado pelo governador Vidal Ramos, lageano como Raimundo

Grupos escolares são símbolo de um tempo em que a educação foi priorizada.

Colombo, na transformação do ensino.

A nova concepção de grupo escolar implicou na construção de prédios harmônicos e humanizados. Muitos estão conservados até hoje, caso dos colégios Lauro Müller e Silveira de Souza, em Florianópolis, e do Vidal Ramos, em Lages.

Restaurar estes sete grupos construídos com o mesmo padrão arquitetônico é dever de cidadania que se impõe a todos os governantes. E, mais do que isso, são eles símbolo vivo de um tempo em que a educação era real prioridade de governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 10/12/2012
Assunto: Eu tenho a força		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE





Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 10/12/2012

Assunto: Após cinco meses parados, ônibus vão para prefeituras

Página: 22

DIÁRIO CATARINENSE

Após cinco meses parados, ônibus vão para prefeituras

Burocracia atrasou a compra e a lei eleitoral impediu que a frota de 133 veículos fosse encaminhada para os municípios

GABRIELLE BITTELBRUN

Na próxima sexta-feira, o governador Raimundo Colombo entregará os 133 ônibus que estão parados há cinco meses. A frota foi adquirida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC, e não estavam rodando por causa da burocracia. Outros dois veículos a serem comprados pelo mesmo programa devem ser entregues até janeiro.

Para a solenidade, o governador convocou os prefeitos para virem acompanhados de motoristas, que vão levar os ônibus para os destinos. Os veículos serão repassados para as prefeituras por doação, com documentação e seguro obrigatório. Após a entrega, as condições de rodagem, como combustível e manutenção, deverão ficar a cargo das prefeituras.

Desde que foram trazidos a SC pela empresa responsável, a Iveco, os ônibus ficaram pelo menos cinco meses parados. Tanto a Secretaria de Estado da Educação quanto a empresa garantem que não há prejuízos na conservação dos 133 veículos. O representante de vendas da Iveco, Luis Felipe Nunes, reforça que houve higienização e manutenção constantes da frota, com a conferência de líquidos do carro e pneus. De acordo com ele, o processo foi intensificado antes da entrega para o governo estadual, realizada há cerca de 10 dias.

A diretora de apoio ao estudante, da Secretaria de Educação, Vera Regina Rzatki, declara que a própria

LUIS FELIPE NUNES

Representante da Iveco

“
Houve higienização e manutenção constantes da frota, com a conferência de líquidos do carro e pneus. O processo foi intensificado para a entrega.

vistoria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) comprovou as boas condições de funcionamento.

A frota, que está em fase de emplacamento nesta semana é uma aposta do governo para aprimorar o transporte escolar no Estado.

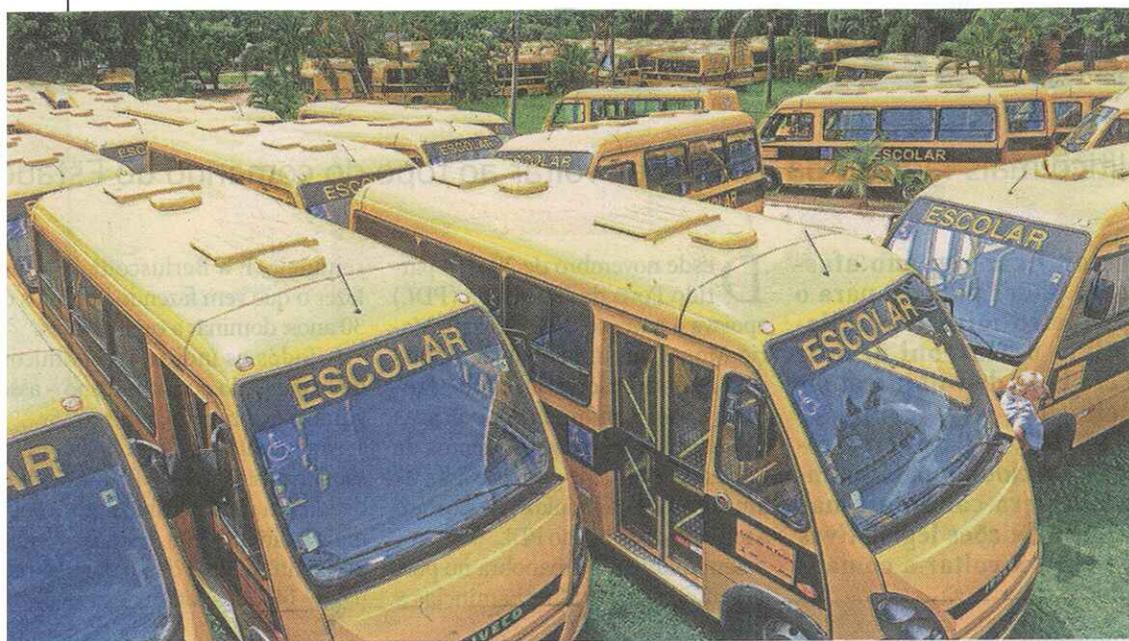
– Muitos municípios estão precisando renovar a frota ou complementá-la – reforça Vera.

Apesar da conquista da verba federal em junho, a compra dos veículos esbarrou em determinações estaduais que proibiam a adesão ao pregão nacional. A questão foi resolvida em agosto e, em setembro, o contrato com a Iveco foi firmado. Mas os ônibus não poderiam ser entregues durante o período eleitoral, atrasando mais o processo.

Além da frota da Iveco, falta o repasse de dois ônibus da Volkswagen. O contrato com a empresa deverá ser assinado nos próximos dias e a entrega às cidades beneficiadas até janeiro, antes do início do ano letivo.

Cidades beneficiadas

Abelardo Luz	Caçador	Descanso	Ilhota	Major Gercino	Petrolândia
Agrolândia	Campo Alegre	Dionísio Cerqueira	Imaruí	Maracajá	Pinhalzinho
Agronômica	Campo Belo	Dona Emma	Imbuia	Maravilha	Piratuba
Água Doce	Campo Erê	Doutor Pedrinho	Indaial	Massaranduba	Planalto Alegre
Águas Frias	Campos Novos	Entre Rios	Ipira	Matos Costa	Ponte Alta
Alto Bela Vista	Canelinha	Erval Velho	Iporã do Oeste	Mondai	Porto União
Anitápolis	Canoinhas	Formosa do Sul	Irineópolis	Morro da Fumaça	Presidente Getúlio
Araquari	Capivari de Baixo	Forquilha	Jaguaruna	Nova Trento	Presidente Nereu
Arroio do Silva	Catanduvas	Galvão	Jardinópolis	Orleans	Princesa
Arvoredo	Coronel Freitas	Garopaba	Joaçaba	Otacílio Costa	Rio do Oeste
Bocaina do Sul	Celso Ramos	Grão-Pará	Joinville	Painel	Rio dos Cedros
Bom Jardim da Serra	Cerro Negro	Guabiruba	José Boiteux	Palmitos	Rio Negrinho
Bom Jesus	Chapadão do Lageado	Guaraciaba	Jupia	Papanduva	Saltinho
Bom Jesus do Oeste	Chapecó	Guaramirim	Lacerdópolis	Paraíso	Santa Cecília
Bombinhas	Correia Pinto	Herval D'Oeste	Laguna	Paulo Lopes	Santa Rosa do Sul
Brunópolis	Corupá	Ibiam	Luís Alves	Pedras Grandes	Santa Terezinha
Brusque	Curitibanos	Içara	Mafra	Penha	Santa T. do Progresso



Para evitar desgaste dos veículos, foi feita manutenção para entregá-los em boas condições às prefeituras

Santiago do Sul	Seara
São Bento do Sul	Sul Brasil
São Bernardino	Taió
São Cristovão do Sul	Tigrinhos
São Domingos	Tijucas
São João Batista	Timbé do Sul
São João do Itaperiú	Timbó
São João do Oeste	Timbó Grande
São João do Sul	Três Barras
São Joaquim	Tubarão
São José do Cedro	Tunápolis
São José do Cerrito	União do Oeste
São Lourenço	Vargeão
São Ludgero	Vargem
São Miguel do Oeste	Vitor Meireles
Saudades	Xanxerê
Schoreder	

Entenda o caso

- Em junho deste ano, programa do MEC garantiu recursos para 135 ônibus escolares.
- A lista de 135 municípios beneficiados foi feita por deputados e senadores catarinenses.
- 133 ônibus seriam da empresa Iveco e dois da Volkswagen.
- Um decreto estadual de 2009 impediu a adesão ao pregão nacional, necessária para a aquisição da frota.
- Em julho, 133 ônibus da Iveco chegaram a SC e ficaram estacionados em dois terrenos da Grande Florianópolis.
- Em agosto, o contrato com a Iveco foi assinado, após uma nova resolução permitindo a adesão ao pregão.
- Com a eleição, os veículos não poderiam ser entregues.
- Ainda em novembro, os ônibus foram oficialmente entregues ao Estado e iniciou-se o processo de documentação.
- Nesta semana, deve ser concluído o emplacamento dos ônibus.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação



O DC noticiou em agosto e setembro a situação dos ônibus.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 10/12/2012

Assunto: Problemas entre estudos

Página: 24

DIÁRIO CATARINENSE

Problemas entre estudos

Estudantes cobram do governo estadual melhor infraestrutura do campus de Pinhalzinho

Pinhalzinho

DARCI DEBONA

Em meio a uma lavoura de soja está o prédio do curso de Engenharia de Alimentos da Udesc, em Pinhalzinho. A proximidade com o campo até seria boa por causa das matérias-primas.

O problema é que os alunos, que dizem que a qualidade do ensino é boa, enfrentam alguns problemas para estudar na unidade.

O prédio inaugurado em 2005 está com mofo tanto na parte externa, quanto na interna. As paredes e o teto apresentam rachaduras e, quando chove, tem professor dando aula em meio a goteiras. Na semana passada, houve até queda de energia, o que obrigou alguns alunos a concluir provas com uma lanterna.

Outro problema é o acesso e o isolamento do curso, que fica a três quilômetros do Centro de Pinhalzinho. Para uma cidade de apenas de 16 mil habitantes, que não tem ônibus coletivo, é uma dificuldade. Os alunos ti-

A unidade

ALUNOS

803

CURSOS

Zootecnia (Chapecó), Enfermagem (iniciou em Palmitos e, a partir de 2013, será totalmente em Chapecó), Engenharia de Alimentos (Pinhalzinho) e Tecnologia em Produção Moveleira (Palmitos)

veram que contratar transporte.

Além disso, não há um trevo de acesso ao campus na BR-282, o que tem provocado acidentes e até mortes. Os problemas geraram até uma reunião entre alunos e coordenação de curso, na semana passada.

A má qualidade do prédio gerou ainda uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público, em 2009. A promotoria sustenta que fez uma perícia que constatou a não aplicação de R\$ 53,8 mil dos R\$ 817 mil pagos pelos governos municipal e estadual.

darci.debona@diario.com.br



O mofo aparece dentro e fora da estrutura do prédio, inaugurado em 2005



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 08/12/2012
Assunto: Projeto propõe fim da indicação		Página: 20

DIÁRIO CATARINENSE

Projeto propõe fim da indicação

Como vai funcionar

1 Pré-requisitos do candidato

- Ser membro do magistério estadual
- Ter no mínimo dois anos ininterruptos de efetivo exercício
- Ter curso superior
- Apresentar um plano de gestão
- Trabalhar na escola



2 Processo de avaliação

O plano de gestão e a vida funcional do candidato serão analisados por uma banca avaliadora, formada de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação



3 Consulta à comunidade escolar



Peso 1
Professores, especialistas e demais servidores na escola



Peso 2
Pai, mãe ou responsável por aluno regularmente matriculado
Só poderão votar uma vez, ainda que tenham mais de um filho na escola

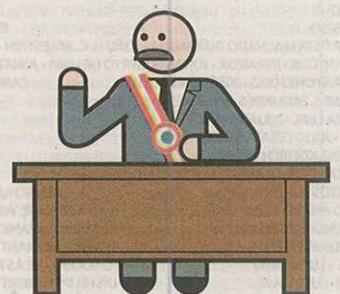


Peso 1
Alunos regularmente matriculados na unidade escolar, a partir do quinto ano



Peso 1
Diretoria da Associação de Pais e Professores (APP) da escola

4 Homologação



Ganhará aquele que receber mais indicações. O Secretário de Estado da Educação enviará o nome ao governador do Estado, que deverá homologar a indicação

O coordenador do curso de Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Jorge Alexandre Cardoso, aprova a participação da comunidade, desde que a pessoa que esteja concorrendo tenha um conhecimento de gestão, com formação pedagógica. De acordo com ele, os conhecimentos técnicos podem ser

dados pelo próprio poder público, como é feito na escolha de diretor na rede municipal de Florianópolis. Neste caso, os que concorrem ao cargo participam de um curso.

Ele observa que o diretor é o grande interlocutor entre estado e comunidade escolar, e que por isso tem uma força política muito grande.

– Quem quer perder um cabo eleitoral? Para evitar isso, ele tem que representar a comunidade escolar e não o governo. Senão, acabam colocando diretores atrelados a partidos. Eleição direta com pessoas qualificadas é o caminho – ressalta.

Um projeto de lei propõe tornar a escolha de diretor das escolas estaduais mais participativa. Hoje, é uma indicação política, sem participação de alunos, pais e professores. A proposta lista alguns pré-requisitos para o profissional concorrer à direção, além de passar pela avaliação criteriosa de uma banca examinadora e uma consulta com a comunidade escolar.

O autor do projeto é o deputado Gelson Merisio (PSD). A proposta está tramitando na Assembleia Legislativa e o deputado acredita que ela possa começar a valer no próximo ano letivo. Para ele, uma evolução no processo de escolha de diretores precisa ser feita, para que pais, professores e alunos participem da escolha.

O deputado argumenta que a medida aumentaria a participação dos pais nas escolas, porque o voto deles teria um peso maior do que os demais. O modelo sugerido foi baseado no do município do Rio de Janeiro.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, diz que a mudança na escolha de diretores de escolas estava nos planos da secretaria para 2013. Ela faz parte dos novos projetos da pasta.

– Dentro disso, está a questão da nomeação dos diretores, e o Merisio antecipou a discussão. Ela é pertinente e válida. Mas algumas questões precisam ser aprimoradas, porque a proposta não deixa claro se há prazos ou um mandato – ressalta.

Deschamps acredita que seriam necessários outros ajustes, como criar um contrato de gestão, para haver uma avaliação do trabalho do diretor e saber se ele está cumprindo o plano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Visor

Data: 08/12/2012

Assunto: Pela Cidadania

Página: 03

DIÁRIO CATARINENSE

PELA CIDADANIA

Seiscentos e oitenta reeducandos do Sistema Prisional Catarinense participaram, esta semana, da maratona especial de provas do Exame Nacional do Ensino Médio. Esta edição do Enem oferece aos detentos a oportunidade de ingressar no ensino superior. Em Santa Catarina, 27 unidades prisionais realizaram a aplicação das provas. Os resultados serão publicados no site do Deap, nos próximos dias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Estado	Data: 10/12/2012
Assunto: Veículos serão entregues dia 14		Página: 10

A NOTÍCIA

Ônibus escolares

Veículos serão entregues dia 14

O trajeto para a escola deverá ficar mais fácil para 6.686 estudantes da rede estadual no próximo ano letivo. Na próxima sexta-feira, o governador Raimundo Colombo entregará as chaves de 133 ônibus adquiridos por SC, por meio do programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC. O encaminhamento encerra parte dos entraves burocráticos que deixaram a frota parada por cinco meses, na Grande Florianópolis. Outros dois ônibus, a serem adquiridos pelo mesmo programa, devem ser entregues até janeiro.

Para a solenidade, que ocorrerá às 10 horas do dia 14, o gover-

nador convoca os prefeitos e motoristas, que vão levar os veículos para os destinos. Os ônibus serão repassados para as prefeituras por doação, com documentação e seguro obrigatório. Após o repasse, as condições de rodagem, como combustível e manutenção, deverão ficar a cargo das prefeituras.

Na próxima sexta, a previsão é de que 17 veículos saiam do Centro Administrativo, enquanto o restante deve ser deslocado de um terreno de Palhoça, último estacionamento. No Norte, as cidades beneficiadas são Joinville, Araquari, Corupá, Guaramirim, Massaranduba, São Bento do Sul, São João do Itaperiú e Schroeder.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 09/12/2012

Assunto: De malas prontas

Página: 10 e 11

A NOTÍCIA De malas prontas

Duas professoras da rede pública da região passarão um mês e meio nos Estados Unidos para aperfeiçoar o ensino da língua inglesa

As professoras de inglês Maria Goreti Gomes, de Joinville, e Iracema Carvalho Truppel, de São Francisco do Sul, não se conheciam bem até novembro deste ano. Apesar de viverem em cidades tão próximas, foi o resultado de uma seleção do governo federal que uniu as duas educadoras. No próximo mês, elas embarcarão rumo aos Estados Unidos para aprender novas técnicas do ensino da língua inglesa. Serão seis semanas de imersão em universidades norte-americanas dentro do Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA (CAPL).

A dupla faz parte de um grupo de 20 professores catarinenses selecionados e que viajarão junto com uma equipe ainda maior: 540 educadores de todo o País irão se aperfeiçoar ano que vem com todas as despesas pagas. A preocupação de Maria Goreti e de Iracema é correr atrás de toda a papelada, arrumar passaporte, conseguir os vistos e preparar as malas. Elas partem em meados de janeiro e retornam no fim de fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Alegria por estar em sala de aula

Maria Goreti Gomes está com 28 anos de magistério e com um humor de quem acabou de ingressar na rede. Atualmente, leciona inglês no Colégio Celso Ramos, no bairro Bucarein, em Joinville. Quando chegou na cidade, começou a trabalhar como jornalista. Como não havia faculdade de comunicação, procurou na Furj o curso de letras. Lá tomou contato com a licenciatura, mas não foi fácil convencê-la de que a sala de aula seria o melhor lugar.

Apenas no quarto ano, quando teve que fazer o estágio obrigatório, tomou contato com a realidade do ensino e acabou se apaixonando. "Sempre disse que não queria ser professora", lembra. Mas ao se formar, fez o concurso, passou e gostou de dar aulas.

Apesar de não ser caloura nas visitas a países estrangeiros, vai ser a primeira vez que irá apenas para se aperfeiçoar. Ela admite que será uma oportunidade única de aprender. A professora ficou sabendo da oferta de bolsas em um curso. Chegou em casa, acessou a internet e fez a inscrição. Escreveu a carta de intenções falando o que gostaria de fazer com os conhecimentos e participou do teste. No fim do mês passado, veio o resultado e a comemoração. "Foi bem difícil. Naquele momento tive certeza de que precisava aprender. O pior foi a audição", diz Maria Goreti sobre o teste.

Emoção com o resultado

Iracema Carvalho Truppel é professora da rede estadual há 31 anos e atua na Escola Carlos da Costa Pereira, em São Francisco do Sul. Ela soube do programa quando recebeu um e-mail falando sobre as inscrições e da parceria com a Embaixada Brasileira e a Norte-Americana.

Não pensou duas vezes e fez a inscrição. Para a educadora, seria a maneira de coroar estas três décadas de ensino público.

A oportunidade, na concepção dela, é única para todos os professores. Apesar de já ter feito uma viagem ao exterior, nunca teve chance de se aperfeiçoar na língua estrangeira fora de casa.

Formada em 1985, em letras na antiga Furj, desde então Iracema não largou as salas de aula. "Escolhi letras por causa

do inglês. Fazia cursinho particular e escolhi a faculdade para dar seguimento", comenta.

Começou a dar aulas como professora temporária e anos depois foi efetivada. Cada dia lecionando, nestes 30 anos, foi um momento diferente de aprendizagem e ensino. "Gosto do que eu faço. Apesar de estar difícil", destaca.

Quando recebeu o resultado da seleção, em 20 de novembro, não teve como esconder a emoção. Mais do que aprender, o fato de ter sido aprovada mexeu com a autoestima dela. E não tem dúvidas de que o que aprender nos Estados Unidos irá refletir no dia a dia em sala de aula.

"É uma oportunidade singular. Eu avaliei o meu trabalho, o meu contexto. Vi que era hora, que era esta a oportunidade", diz Iracema.

TESTES E PROGRAMA

■ Todos os candidatos de Santa Catarina tiveram que fazer o teste de fluência no Centro Cultural Brasil Estados Unidos de Joinville. Segundo a coordenadora da Education USA, Janete Uhelski, foram 27 professores, entre eles dois de outros Estados que fizeram as avaliações de proficiência para competir pelas bolsas.

Nos anos anteriores, o centro também fazia os testes, mas foi a primeira vez com tantas pessoas. A prova, gratuita, durou cerca de duas horas e englobava escrita e audição em inglês, fundamentais

para que os professores pudessem assistir às aulas nos Estados Unidos.

■ O programa é uma oferta de bolsas para professores da rede pública em parceria entre governo federal, Embaixada do Estados Unidos e Comissão Fulbright com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação. O objetivo é fortalecer a fluência oral e escrita dos educadores e compartilhar metodologia de ensino para estimular a participação do aluno. Mais informações no site <http://capes.gov.br>.



Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Portal	Data: 10/12/2012
Assunto: Educação inferior		Página: 03

A NOTÍCIA

OPINIÃO DO GRUPO RBS

Educação inferior

Mesmo que tenha evoluído, entre 2008 e 2011, ainda é desconfortável a situação do ensino superior brasileiro, conforme recentes avaliações divulgadas pelo Ministério da Educação. Pelo chamado Índice Geral de Cursos, que analisou a qualidade de 2.136 universidades, faculdades e centros universitários, apenas 27 atingiram o conceito máximo, ou 1,3% do total. A maior preocupação está na base da pirâmide, onde mais de 500 instituições ficaram com notas abaixo do que o MEC considera o mínimo para que uma instituição possa funcionar. Isso quer dizer que pelo menos um quarto das escolas avaliadas não passou na prova. É um dado com poder de alarme.

O ministro Aloizio Mercadante entende que, apesar da performance geral ainda ter alto índice de insuficiência, é preciso reconhecer avanços. Baseia-se o ministro em indicadores de uma melhora quase imperceptível em relação a 2008. O que o MEC deve levar em conta é que, bem abaixo de uma elite de 15 universidades públicas e 12 privadas, há no sistema universitário brasileiro um contingente de instituições sem a menor condição de ensinar.

São submetidos à avaliação, no Índice Geral e em outros indicadores, a titulação do corpo docente, o desempenho dos estudantes no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), as práticas pedagógicas e a infraestrutura das faculdades. Instituições com instalações razoáveis podem ser as mesmas

com um quadro precário de professores, o que comprova um fenômeno recente do Brasil. Com a ampliação do alcance de programas oficiais de acesso à universidade e a ascensão econômica e social de boa parte da população, proliferaram cursos superiores.

A educação universitária se transformou num bom negócio, para atender à demanda crescente de estudantes. O inchaço provocou um engano. Há muita gente frequentando faculdades que já deveriam ter sido impedidas de funcionar. O próprio ministro reconhece que, ao frequentar as salas de aula de tais entidades, um aluno corre o risco de pouco ou nada aprender. Recomenda o senhor Mercadante que os vestibulandos consultem o ranking do MEC, para que não corram riscos.

O MEC não pode, no entanto, resumir sua interferência a um alerta aos estudantes. É atribuição do Ministério, a partir do que foi apurado, adotar medidas concretas de restrição às faculdades com deficiências, em especial as recorrentes. O que não pode ocorrer é deixar por conta dos vestibulandos a responsabilidade por decisões

que, mais adiante, podem se mostrar desastrosas. Estudantes que, com sacrifício, conseguem vagas em instituições privadas, não podem ser punidos pelo esforço representado por uma formação superior – considerando-se principalmente os aspectos financeiros da empreitada. Perdem os estudantes e o País, pelo desperdício de recursos, de tempo e de projetos pessoais.

Há no sistema universitário brasileiro um contingente de instituições sem condições de ensinar. Há no País mais de 500 universidades com notas abaixo do que o MEC considera o mínimo para que a instituição possa funcionar.



Veículo: A Notícia

Editoria: AN. Estado

Data: 08/12/2012

Assunto: Escolha de diretor pode mudar

Página: 16

A NOTÍCIA

Escolha de diretor pode mudar

Proposta é de que indicados passem por avaliação de uma banca

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Um projeto de lei propõe tornar a escolha de diretor das escolas estaduais mais participativa. Hoje é uma indicação política, sem participação de alunos, pais e professores. A proposta lista alguns pré-requisitos para o profissional concorrer à direção, além de passar por uma avaliação de uma banca examinadora e uma consulta com a comunidade escolar. O autor do projeto é o deputado Gelson Merisio.

A proposta está tramitando na Assembleia Legislativa e o deputado acredita que ela comece a valer para o próximo ano letivo. Para ele, uma evolução no processo de escolha de diretores precisa ser feita, para que pais, professores e alunos também opinem na escolha.

O deputado ainda argumenta que a medida aumentaria a participação dos pais nas escolas, porque o voto deles teria um

peso maior do que os demais. O modelo sugerido foi baseado no município do Rio de Janeiro.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, diz que mudança na escolha de diretor estava nos planos da secretaria. Ela faz parte de novos projetos. "A discussão é pertinente e válida. Mas algumas questões precisam ser aprimoradas, porque a proposta não deixa claro se há prazos ou um mandato", ressalta. Deschamps acredita que seriam necessários outros ajustes, como criar um contrato de gestão, para haver uma avaliação do trabalho.

Participação da escola

O coordenador do curso de pedagogia da Unisul, Jorge Alexandre Cardoso, aprova a participação da comunidade, desde que a pessoa que esteja concorrendo tenha um conhecimento de gestão, com formação pedagógica. De acordo com ele, os conhecimentos técnicos podem ser dados pelo poder público.

Ele afirma que o diretor é o grande interlocutor entre estado e comunidade escolar, e que por isso tem uma força política muito grande.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Você. Leitor

Data: 08/12/2012

Assunto: Ensino superior e o sucesso

Página: 32

A NOTÍCIA

Ensino superior e o sucesso



**MARIA TEREZINHA NIE-
DZIEWSKI DEVEGILI,**
advogada e professora

Orgulhosamente, sou professora! Iniciei na carreira ainda no segundo ano da faculdade de história, realizada na Furj, quando meu único ideal profissional era o magistério, a educação.

Os anos foram passando e os horizontes, se expandindo. Assim, procurei fazer outro superior, o direito, que também passou a fazer parte de meu currículo.

Contudo, contagiada pela educação, retornei à sala de aula há cinco anos, orgulhosamente, também hoje me dedico a esta prazerosa profissão. Trabalhei no Elias Moreira, na rede estadual de ensino, em cursinhos pré-vestibular e, atualmente, no Instituto de Ensino Superior Santo Antonio, ministrando aulas no curso de administração. Tal instituição, como muitas outras de nossa cidade, oferece para a comunidade a possibilidade de realizar cursos por meio de bolsas de estudo e pesquisa, quer com a ajuda federal, estadual ou financiamento próprio, por meio de programas como Fundo Social, Prouni, Fies e Fumdes, entre outros, apesar de tais modalidades serem pouco divulgadas.

Desta feita, muitos educandos deixam

de ingressar no ensino superior por puro desconhecimento da utilidade de bolsas de estudo e pesquisa, necessitando-se que tal modalidade de ensino seja mais divulgada na cidade, apesar de todos os esforços que tais instituições superiores desenvolvem por sua conta e gasto.

Os cursos superiores desenvolvidos em Joinville pelas instituições escolares de conhecimento público oferecem aos seus acadêmicos cursos qualificados pelo MEC, possibilitando o desenvolvimento de projetos educacionais e sociais, independentemente de sua origem escolar, pública ou privada, mas buscando a satisfação plena da educação.

A educação superior ofertada em Joinville permite uma graduação de qualidade, pois o objetivo de todas as instituições locais é permitir que a comunidade promova o desenvolvimento do ser humano como sujeito do processo de crescimento, num esforço permanente de pensar, planejar e executar, respondendo pró-ativamente aos novos desafios e paradigmas.

Assim, o sucesso profissional de qualquer ser humano depende de suas escolhas pessoais. Qualquer que seja o curso superior escolhido, o acadêmico deve realizá-lo com dedicação e empenho. Precisamos, nós profissionais da educação, projetar e praticar uma educação plena, capaz de fazer o Brasil ter sucesso também nesta área.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 10/12/2012
Assunto: Educação		Página: 02

JORNAL DE www.santa.com.br SANTA CATARINA

EDUCAÇÃO

Assim como existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria existir o Estatuto de Assistência ao Professor para proteger, amparar e auxiliar o professor em casos de agressão, violência e desrespeito por parte de certos alunos. Diariamente, estamos à mercê desses tipos de atitudes e de mãos atadas, pois o adolescente está cheio de direitos, não cumpre seus deveres e a família nem faz a parte dela negligenciando fatos. Por isso, cada vez mais professores tiram licenças para tratamento de saúde e as escolas com menos profissionais qualificados.

Cristiane Simas

Professora - Blumenau



Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 10/12/2012
Assunto: Transporte. Nas ruas, cinco meses depois		Página: 12

JORNAL DE SANTA CATARINA www.santa.com.br

Transporte. Nas ruas, cinco meses depois

Burocracia atrasou a frota de 133 veículos escolares

GABRIELLE BITTELBRUN

FLORIANÓPOLIS - Na próxima sexta-feira, o governador Raimundo Colombo entregará os 133 ônibus que estão parados há cinco meses. A frota foi adquirida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC, e não estava rodando por causa da burocracia. Outros dois veículos a serem comprados pelo mesmo programa devem ser entregues até janeiro.

Para a solenidade, o governador convocou os prefeitos a virem acompanhados de motoristas, que vão levar

Representante de vendas da Iveco garante que desde que veio para o Estado, a frota contou com higienização e manutenção constantes

os ônibus para os destinos. Os veículos serão repassados para as prefeituras por doação, com documentação e seguro obrigatório. Após a entrega, as condições de rodagem, como combustível e manutenção, deverão ficar a cargo das prefeituras.

Desde que foram trazidos a Santa Catarina pela empresa responsável, a Iveco, os ônibus ficaram pelo menos cinco meses parados. Tanto a Secretaria de Estado da Educação quanto a empresa garantem que não há prejuízos na conservação dos 133 veículos. O representante de vendas da Iveco, Luis Felipe Nunes, reforça que houve

higienização e manutenção constantes da frota. De acordo com ele, o processo foi intensificado antes da entrega para o governo estadual, realizada há cerca de 10 dias.

A diretora de Apoio ao Estudante da Secretaria de Educação, Vera Regina Rzatki, declara que a própria vistoria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) comprovou as boas condições de funcionamento.

A frota, que está em fase de emplacamento, é uma aposta do governo para aprimorar o transporte escolar no Estado.

- Muitos municípios estão precisando renovar a frota ou complementá-la - reforça Vera.

geral@santa.com.br

ENTENDA O CASO

- Em junho, programa do MEC garantiu recursos para 135 ônibus escolares.
- A lista de 135 municípios beneficiados foi feita por deputados e senadores.
- 133 ônibus seriam da empresa Iveco e dois da Volkswagen.
- Um decreto estadual de 2009 impediu a adesão ao pregão nacional, necessária para a aquisição da frota.
- Em julho, 133 ônibus da Iveco chegaram a SC e ficaram estacionados em terrenos da Grande Florianópolis.
- Em agosto, o contrato com a Iveco foi assinado, após uma nova resolução permitindo a adesão ao pregão.
- Com a eleição, os veículos não poderiam ser entregues.
- Em novembro, os ônibus foram entregues e iniciou-se o processo de documentação.
- Nesta semana, deve ser concluído o emplacamento dos ônibus.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 09/12/2012
Assunto: Royalty só para educação destruirá o sus, alerta ex-ministro da saúde de lula		Página: Online



ROYALTY SÓ PARA EDUCAÇÃO DESTRUIRÁ O SUS, ALERTA EX-MINISTRO DA SAÚDE DE LULA

Temporão cita estudos da Fiocruz que preveem a necessidade de mais hospitais e menos escolas

Até o ano 2030, o Brasil terá mais velhos para cuidar e menos jovens para educar. É o que informa o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, diretor-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags) e consultor da Fundação Getulio Vargas (FGV), ao prever a estagnação da saúde e a iniquidade do Sistema Único de Saúde (SUS) como consequências da concentração total dos recursos dos royalties do petróleo da camada do pré-sal na Educação. Temporão defende o retorno da proposta original ainda do governo Lula, que incluía não só saúde, mas, sobretudo, ciência e tecnologia, outra área estratégica para a independência do país nas pesquisas e na criação de laboratórios farmacêuticos.

O senhor concorda com a destinação dos recursos do pré-sal para a Educação?
É importantíssima a decisão de vincular os royalties a setores específicos. Afinal, a experiência de muitos anos de aplicação dos royalties sem uma orientação estratégica demonstra que temos que definir prioridades. Mas o mais correto seria analisar quais são as orientações estratégicas mais adequadas. Defendo a ampliação do debate.

A Educação não merece ser a área prioritária?
É indiscutível o desafio educacional que enfrenta o Brasil. Sem enfrentá-lo, não iremos muito longe. Mas a Educação não é o único desafio. No mínimo, temos outros dois. As políticas de saúde e de ciência, tecnologia e inovação são igualmente importantes e também carentes de recursos estáveis.

Mas baseado em que o senhor defende essa ampliação?
Estamos falando de projeções do país para o futuro. É necessário levar em conta grandes transformações pelas quais o país passará nas próximas décadas. Que modelo de desenvolvimento queremos? Uma visão integrada de desenvolvimento articulando essas três áreas estratégicas pode fazer diferença.

Que outras justificativas o senhor apontaria?
Talvez a mais notável delas seja o aprofundamento da transição demográfica. O aumento da expectativa de vida, a queda da taxa geral de mortalidade, da mortalidade infantil, e a robusta redução da taxa de fertilidade vêm criando um vetor de rápido envelhecimento na população.

Qual a consequência disso?
Segundo a publicação da Fiocruz, "A saúde no Brasil em 2030", naquele ano teremos mais pessoas acima de 60 anos (40 milhões) do que jovens até 14 anos (36 milhões)!

E o que acontecerá?
Nas próximas décadas, iremos nos transformar em um país maduro, com uma população estabilizada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Significa muito mais idosos para cuidar e menos jovens para educar?

Sim, as implicações desse processo sobre o sistema educacional são evidentes. Nascerão menos crianças, a pressão para a criação de novas vagas vai diminuir. O grande esforço será a melhoria da qualidade do Ensino e universalização das Creches e Pré-Escolas.

Mas por que esse processo impactaria de modo diferente a saúde?

O rápido envelhecimento da população brasileira, a predominância das doenças crônicas (doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, câncer, hipertensão, diabetes etc.), a necessidade de cuidados continuados multiprofissionais, o uso de medicamentos caros por longos períodos pressionarão fortemente o sistema de saúde do país, ameaçando sua sustentabilidade econômica e tecnológica.

Com mais idosos e menos jovens, os gastos com saúde aumentarão?

Exponencialmente! Além disso, o processo de envelhecimento é acompanhado pelo aumento de casos das demências senis, Alzheimer e distúrbios neuropsíquicos, cujo tratamento é complexo e muito dispendioso.

Não se trata de alarmismo?

Digo mais: a insuficiência de recursos constrangerá um dos princípios do SUS, que é a integralidade, e ampliará a iniquidade do sistema. O atual subfinanciamento será ainda mais agravado, e é evidente que, em uma perspectiva de médio e longo prazos, a saúde é a área que mais perde ao ser excluída dos benefícios dessa nova fonte de recursos.

E ciência e tecnologia? Por que a área não está sendo priorizada?

Hoje o país gasta cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto com ciência, tecnologia e inovação. Entretanto, temos vários desafios. Um deles é o de duplicar o gasto nesse setor se pretendemos alcançar um novo patamar de presença no mundo. Mas, para chegar a esse novo padrão, serão necessários mais investimentos públicos. Mais investimentos, e investimentos mais estáveis.

Mas o Brasil não vem ampliando seus gastos em ciência, tecnologia e inovação?

Verdade! Mas a ferramenta que proporcionou esse avanço, o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), está ameaçada de não poder continuar a cumprir o seu papel.

Por quê?

Desde 2000, sua principal fonte de receitas vem dos recursos dos fundos setoriais, em particular o fundo setorial do petróleo, que responde por cerca de 40% do montante transferido ao FNDCT.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 09/12/2012
Assunto: Opinião: educação para quê?		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO PARA QUÊ?

"No Brasil, crê-se que um sistema educacional justo é aquele que entrega, ao fim do processo, as mesmas esculturas, como se todos os mármorem tivessem as mesmas origens e aspirações", afirma Gustavo Ioschpe

A Galleria del" Accademia, de Florença, exhibe muitas obras-primas da criação artística universal. A mais famosa delas é o Davi de Michelangelo (1475-1564). Perto dele estão outras esculturas, do mesmo artista, que me chamaram mais a atenção. São cinco peças aparentemente inacabadas, em que figuras humanas estão emergindo do bloco de mármore ao qual pertencem. Elas não são obras incompletas. Michelangelo deixou-as assim de propósito. São a ilustração mais vivida da concepção que ele tinha sobre o seu ofício. Michelangelo entendia que o escultor não era o criador da escultura: sua função seria apenas libertá-la do bloco de mármore que a aprisionava. Ele dizia poder visualizar perfeitamente a obra acabada ao olhar para o bloco de mármore, e sua função seria apenas "revelar aos olhos dos outros aquilo que os meus já veem".

Nesta coluna falo bastante sobre Educação, seus problemas e o que precisamos fazer para melhorar, mas acabo não sendo explícito sobre a finalidade da Educação que defendo. É verdade que a Educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, e que o país precisa de Escolas melhores para crescer. Mas toda formulação macro depende de uma explicação micro, que apresente a lógica no nível do indivíduo. Ninguém vai à Escola porque quer que seu país se desenvolva, nem mesmo para ter uma carreira melhor no futuro uma criança de 7 anos não faz projeções de prazo tão longo nem, quando mais crescida, permanece em uma Escola chata e frustrante. Pessoalmente, estou com Michelangelo. Acho que a boa Escola, o bom Professor, liberta o Aluno e faz com que ele possa desenvolver suas potencialidades e sonhos até os limites impostos pelo ambiente. Deixe-me elaborar.

Todos nascemos com um nível de inteligência geral (que a pesquisa chama de "g") cujo potencial é definido por nossos genes e posteriormente moldado por fatores do ambiente a que somos expostos (há uma enorme discussão acadêmica sobre quais os pesos da genética e de fatores ambientais na inteligência final do adulto. Não sou competente para resumir essa literatura aqui, mas há um consenso de que não se pode entender a inteligência humana sem levar em consideração tanto fatores genéticos quanto ambientais e a interação entre eles). Alguns de nós (ou todos nós, se você acredita em Paulo Coelho) nascemos com talentos não relacionados com a inteligência tradicional (lógico-dedutiva), como o talento musical, esportivo, interpessoal, comunicativo e outros.

A combinação dos fatores genéticos com um ambiente ideal, estimulante, traça o limite para o progresso de cada pessoa ao longo de sua vida. Depois da concepção do embrião que dará origem à criança, esse limite máximo vai sendo reduzido pelas dificuldades da vida. Hoje sabemos que, se a futura mãe fuma, bebe ou passa por episódios agudos de stress durante a gravidez, seu filho terá danos para toda a vida. Depois do nascimento, há uma série de variáveis que conspiram para que o horizonte de possibilidades seja rebaixado. Algumas de ordem familiar pais castradores, distantes ou irresponsáveis, que traumatizam seus filhos, outras de natureza totalmente aleatória (não adianta ter a genética para o surfe se o sujeito nasce no interior da Sibéria, por exemplo). Há diversas instituições que podem contribuir para que uma pessoa atinja seu pleno potencial. A Escola é, disparado, a mais importante delas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A função primeira da Escola é dar a seus Alunos os instrumentos de que necessitam para navegar no mundo: o domínio básico da escrita e das operações matemáticas. Sem elas, é impossível funcionar de maneira autônoma. Depois, a Escola precisa transmitir aos Alunos uma vasta base factual, expondo-os ao conhecimento acumulado pela humanidade. Não apenas porque esse conhecimento é indispensável para o desenvolvimento do raciocínio (falo mais sobre isso em artigo futuro, sobre neurociência), nem porque, se bem ensinado, é intelectualmente estimulante, uma vez que crianças são naturalmente curiosas, mas também porque essa exposição é necessária para que demos às crianças a chance de ter contato com suas reais vocações. Talvez uma criança nasça com o potencial de se tornar um médico extraordinário, mas precisará de algum contato com a biologia para facilitar o encontro com a sua vocação. Claro, não podemos ensinar na Escola todos os milhares de especializações do conhecimento humano, mas precisamos abordar as grandes áreas nas quais esses conhecimentos estão inseridos (genericamente: linguagem, matemática, ciências sociais, humanas e exatas, artes e Educação física). Finalmente, a boa Escola precisa fazer com que os Alunos possam usar esses diversos conhecimentos como ferramenta para desenvolver sua própria capacidade de pensar. Não é importante estudar história para saber nomes e datas, mas sim ser exposto a nomes e datas para que se perceba como o estudo da história pode explicar o presente. Quanto mais ferramentas analíticas a pessoa tiver à sua disposição, melhores serão suas decisões, e mais próximo de seu máximo potencial ela vai chegar. Por isso é que mesmo o Aluno que sabe que vai ser advogado deve estudar química: se bem ensinada, é mais uma ferramenta para ajudá-lo a pensar. Uma boa Educação gera multiplicidade: de interpretações e de opções.

Um mau sistema educacional gera bloqueios, limites. A má Escola é como o mau escultor: ela vai deixando tantas arestas, com tantos pedaços de mármore cobrindo a forma original, que ao fim do processo já nem é possível divisar a linda escultura que há dentro daquele bloco de pedra.

O problema da Educação brasileira não é apenas relevante porque priva o país de riquezas e desenvolvimento. Riqueza não é um fim, é um meio. A finalidade da vida é a felicidade, a plenitude. E é isso que nos é roubado ao termos um sistema educacional tão incompetente: a cada dia, milhões de brasileiros ficam mais e mais longe do limite de suas realizações, da concretização de seus projetos. Quantos brilhantes escritores não estamos perdendo entre todos os Analfabetos funcionais que saem de nossas classes de português? Quantos futuros médicos, advogados e engenheiros tiveram de sacrificar seus sonhos e viver uma vida apequenada porque não conseguiram entrar em uma universidade? Milhões e milhões, certamente.

Não é fácil aceitar que o papel da Educação é a libertação do potencial de cada indivíduo. Presume aceitar que somos diferentes, com capacidades distintas e possibilidades idem. Requer que se admita que a Escola não pode criar o novo homem, moldar o Aluno. O Professor pode apenas dar asas ao Aluno para que alce voos mais altos, não determinar o local de chegada. No Brasil, crê-se que um sistema educacional justo é aquele que entrega, ao fim do processo, as mesmas esculturas, como se todos os mármores tivessem as mesmas origens e aspirações. Para chegar a esse nivelamento, o único caminho possível é a equalização por baixo, a chegada ao mínimo denominador comum. Se aceitamos as diferenças como inerentes à condição humana, percebemos como a busca pela igualdade é a mais atroz das formas de injustiça. Que em 2013 sejamos mais eficazes ao impedir essa mutilação silenciosa das nossas crianças. São os meus votos para o novo ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 10/12/2012
Assunto: Sala de aula do futuro		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

SALA DE AULA DO FUTURO

Grupo de pesquisadores ingleses desenvolveu e testou, durante três anos, um conjunto de carteiras escolares com telas sensíveis ao toque pensadas especialmente para facilitar o ensino

“Algum de vocês está fazendo 30 mais 31?”, pergunta a pequena Chelsea aos colegas de seu grupo. Prontamente, Adam responde: “Eu estou fazendo todas as de diminuir”. Jack, na outra ponta da mesa, protesta: “Eu também estou fazendo as de diminuir!”. “Então, eu vou fazer as de somar”, conclui a garotinha inglesa. A conversa ocorre em um dos quatro grupos de crianças entre 8 e 10 anos que tentam criar o maior número de expressões matemáticas cujo resultado seja aquele determinado pela Professora. Um jogo em que aprendem sem nem perceber que estão estudando. A interação dos estudantes é um exemplo perfeito do que os pedagogos chamam de aprendizado colaborativo. Nesse caso, porém, a discussão matemática teve um catalisador essencial: a tecnologia.

Um grupo de pesquisadores da Escola de Educação da Universidade de Durham, no Reino Unido, desenvolveu e testou, durante três anos, um conjunto de carteiras Escolares com telas sensíveis ao toque pensadas especialmente para facilitar o Ensino. O invento se mostrou muito eficaz após os experimentos, dos quais participaram aproximadamente 100 crianças. As mesas digitais, grandes o bastante para serem usadas por cerca de quatro Alunos, são conectadas em rede a um tablet controlado pelo Professor e à lousa no centro da sala de aula, na qual o conteúdo das carteiras pode ser ampliado e discutido em conjunto. Os testes foram feitos com atividades voltadas para o aprendizado de expressões matemáticas. Depois, os resultados foram comparados aos de grupos que realizaram atividade parecida, mas com as ferramentas tradicionais de Ensino: giz, lápis e papel.

Ao usar o novo sistema, 45% dos Alunos ampliaram seu repertório de expressões numéricas. Na outra turma, esse índice foi de 16%. Ambos os grupos conseguiram aumentar suas habilidades na fluência do aprendizado, no entanto, aqueles em contato com “a” também tiveram benefícios em flexibilidade. Fluência é a capacidade de aplicar procedimentos ou fórmulas a situações cotidianas. É o caso de uma criança que, ao aprender a operação de subtração, usa o conhecimento para calcular o troco em uma compra.

Já a flexibilidade acontece ao aplicar uma gama de soluções para novos problemas, em vez de apenas uma compreensão de como e quando usar os procedimentos aprendidos em sala. “Não queremos que as crianças apenas saibam fazer, mas que sejam reflexivas, capazes de abstração, de pensar o próprio pensamento. Isso é flexibilidade. Ser capaz de transpor a solução para o problema a outros e novos contextos”, esclarece o engenheiro e psicólogo Francisco Antônio Fialho, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que não participou do estudo.

Os resultados do experimento inglês, publicados na revista Learning and Instruction, mostram que, ao usar as mesas coletivas, as crianças foram capazes de trabalhar em equipe na busca por novas maneiras de resolver e responder problemas, usando soluções criativas. O estudo coloca em prática o que Fialho chama de arquétipo do mago. Nele, a tecnologia seria a varinha mágica usada pelo Aluno capaz de fazer e criar coisas inimagináveis, inclusive, trazer de volta o encanto da Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“A tecnologia para a criança é um brinquedo. Ela não gosta de matemática, mas gosta de brincar. Ali, ela está participando de um joguinho com os colegas.” O psicólogo acredita que não basta ensinar a fazer. Hoje, a Educação precisa incentivar a inovação de forma colaborativa. “Basta compararmos a produção da ponta de uma lança a um mouse. Sabemos que a ponta da lança foi um artesão quem fez. Já para fabricar o mouse existe um monte de pessoas envolvidas. Tudo que temos hoje surge da troca de ideias.”

Desafio

A principal autora da pesquisa, Emma Mercier, acredita que a tecnologia pode ser usada para apoiar o raciocínio complexo, o pensamento e as interações entre as disciplinas, ao mesmo tempo que é capaz de aumentar o prazer da atividade no curto prazo. A longo prazo, no entanto, ela considera essencial criar atividades que sejam desafiadoras e envolventes. “Essa geração de crianças está entrando em um mundo em que o uso da tecnologia será normal, precisamos prepará-las para isso. No entanto, é importante que elas se envolvam em atividades de aprendizagem que deem o suporte a uma profunda compreensão das disciplinas, em vez de apenas utilizar um dispositivo tecnológico em particular”, enfatiza Mercier. Para ela, a tecnologia permite aos Professores usar um tipo de pedagogia social, que pode apoiar a aprendizagem.

“Essa relação é o sonho de todo mundo: fazer com que a tecnologia esteja em prol da atividade”, acredita Sérgio Abranches, Professor do Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias na Educação, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). “Não pode ser só uma forma de dinamização e motivação que também são elementos importantes. Mas, além do estudo instrumentalizado, queremos que chegue de fato a contribuir com a aprendizagem.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 10/12/2012
Assunto: Opinião: para o futuro		Página: Online



OPINIÃO: PARA O FUTURO

"Um campo de petróleo dura no máximo 100 anos. A Educação é para sempre",
afirma André Ceciliano

A experiência internacional mostra que a presidente Dilma está certa ao propor MP destinando 100% dos recursos dos royalties para a área de Educação. É como diz o ditado chinês: "Se planejar para um ano, plante arroz. Se planejar para 10 anos, plante árvores. Se planejar para 100 anos, eduque as pessoas."

O exemplo clássico vem da Coreia do Sul. Nos anos 50, ela saiu destruída por uma guerra civil que dividiu o País ao meio, deixou um milhão de mortos e a maior parte da população na miséria. A virada começou dos anos 70, com uma reforma que tornou o Ensino básico prioridade. Hoje, quatro décadas depois, oito em cada dez coreanos chegam à Universidade. Todos os Professores, sem exceção, têm mestrado. Um terço dos formandos é de engenheiros - no Brasil, não chegamos a 10%. Graças à multidão de cientistas que tem, a Coreia é um gigante nas áreas de inovação tecnológica - da computação à genética.

O Brasil deve se espelhar nos bons exemplos para evitar a "maldição do petróleo". Tal qual o sujeito que ganha na loteria e fica pobre novamente em pouco tempo, a riqueza súbita pode fazer com que nações inteiras percam a oportunidade de sua história. A Noruega, por exemplo, país com um dos maiores IDHs do planeta, quando descobriu a imensa reserva no Mar do Norte tratou de criar um fundo que prioriza sabe o quê? Educação e aposentadorias.

O petróleo é uma riqueza imensa, porém finita. A Educação é um bem imaterial que não se perde. Pelo contrário, se transmite de geração em geração. O Japão, por exemplo. A ilha desprovida de recursos naturais tem no seu povo, altamente qualificado e disciplinado, a sua maior riqueza.

No Rio, muito mal comparando, temos no pequeno município de Paracambi, na Baixada Fluminense, um modesto exemplo. A cidade está longe de ser o município mais rico da região, e sua população não chega a 50 mil habitantes. Entretanto, foram os investimentos realizados na Educação infantil e básica a partir do ano 2001 que fizeram com que Paracambi apresente desde 2007 o Ideb (Índice de Desenvolvimento de Educação básica) mais alto da Baixada. Também no Ensino superior, os avanços foram notáveis.

Na antiga indústria de tecidos fundada por Dom Pedro II e desativada desde os anos 80, foi criada em 2003 a Fábrica do Conhecimento, com cursos na área de formação tecnológica de onde hoje saem profissionais diretamente para as indústrias químicas da Baixada e para as plataformas de petróleo de Campos. Nada mais simbólico: sobre os escombros da atividade econômica (têxtil) que não soube se adaptar aos novos tempos, foi construída uma ferramenta do saber, semente do futuro.

Um campo de petróleo dura no máximo 100 anos.
A Educação é para sempre.

Seja bem vinda a MP que garante 100% dos royalties para formar o futuro do Brasil, a maior herança que podemos deixar para nossos filhos e netos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 10/12/2012
Assunto: Currículo pode ter mais duas disciplinas obrigatórias		Página: Online



CURRÍCULO PODE TER MAIS DUAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Projeto do Senado prevê aulas de ética e cidadania; MEC teme sobrecarga de matérias

Aprovado no mês passado no Senado, o projeto de lei que prevê a inclusão de duas novas disciplinas obrigatórias (Cidadania Moral e Ética, no Ensino fundamental, e Ética Social e Política, no médio) já está causando polêmica antes de ser votado na Câmara de Deputados. Os defensores da proposta do senador Sérgio Souza (PMDB-PR) argumentam que a atual crise de valores e o cenário de corrupção justificam os conteúdos. Mas Educadores ouvidos pelo GLOBO são contra, alegando principalmente que a grade curricular do Ensino básico já está saturada.

O próprio Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) reprovam a iniciativa. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, frisa que as Escolas públicas já têm 13 disciplinas obrigatórias.

- A sobrecarga não contribui para o Aluno ter foco nas disciplinas essenciais, que são Matemática, Língua Portuguesa e Ciências.

Presidente do Consed, Maria Nilene Badeca da Costa diz que os dois órgãos trabalham juntos na reformulação da Educação básica. Para ela, a inclusão das disciplinas inviabilizaria o projeto político pedagógico das Escolas.

- Os currículos estão sobrecarregados. Não é necessário alterar a legislação. O Consed acredita que a experiência educacional já indica fortemente conteúdos relativos à ética, cidadania e política - disse Maria Nilene.

De acordo com o Consed, esses conteúdos devem ser tratados como eixos transversais, permeando a formação dos estudantes em todos os componentes curriculares.

Mas o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) defende sua proposta. Ele cita um levantamento feito pelo Fórum Econômico Mundial, com 60 países, que colocou o Brasil na 50ª posição no ranking de corrupção, e no 55º lugar na ineficiência da Justiça. Questionado se o projeto não seria um mea culpa por parte da classe política, Souza rebateu:

- Se formarmos cidadãos conscientes para serem representantes, eles irão para a política com propósitos diferentes, que não sejam voltados ao próprio interesse econômico. O cidadão já é corrupto no momento em que quer levar vantagem na fila do pedágio ou do mercado. A cultura brasileira tem isso de ser país do jeitinho, é vergonhoso.

Souza contestou também os argumentos da falta de tempo e espaço no currículo:

- Com a proposta de período Escolar integral, essa justificativa cai por terra. Antes de discutirmos se há espaço, temos que discutir se é importante.

Os argumentos não convencem Regina de Assis, que foi relatora das diretrizes curriculares no Conselho Nacional de Educação e endossa as críticas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Isso é desconhecimento de currículo. Não vejo necessidade de incluir mais duas disciplinas. Já faz parte das metas curriculares e dos projetos político-pedagógicos. Desde a Creche tem que se ensinar a ética a partir de valores e da prática - diz Regina, doutora em Educação.

Victor Notrica, presidente do Sindicato dos Professores de Escolas Particulares do Rio de Janeiro, diz que o conteúdo proposto pelas novas disciplinas já é trabalhado. Ele ressaltou que já há dificuldade de se cumprir o currículo atual nos 200 dias e 800 horas/ano obrigatórios por lei e salientou ainda que talvez não haja Docentes especializados para dar esses conteúdos em disciplinas específicas. Segundo Notrica, se aprovada, a legislação causaria hipersaturação na carga horária.

Colégios cariocas alegam que transmitem esses valores em outras disciplinas. O pH, por exemplo, tem a Aula de Vida para o Ensino fundamental e de Atualidades para o médio. O diretor de Ensino da rede, Rui Alves, disse que, se a proposta virar lei, o colégio adaptará o conteúdo e trocará os nomes das matérias:

- São disciplinas importantes para a formação dos Alunos. A grande preocupação é contornar essa situação dentro da grade desses segmentos.

Secretária municipal de Educação, Cláudia Costin também está preocupada com a carga horária.

- Enquanto não resolver a questão da carga horária, sou contra. Nas nossas 119 Escolas com 7 horas diárias, estamos incluindo a disciplina Educação para Valores. Nas demais, com média de 4 horas de aula/dia, se entrar mais uma disciplina, teremos menos tempo para Matemática, Português e Ciências, que têm se saído tão mal em rankings internacionais.

O texto do senador não é o primeiro a propor mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. A alteração mais recente aconteceu em abril deste ano, quando foram incluídos os princípios de proteção e defesa civil e a Educação ambiental de forma integrada aos conteúdos dos Ensinos fundamental e médio nas Escolas.

Mas há outros exemplos. Em 2008, a inclusão de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino médio gerou polêmica e até hoje é questionada. No mesmo ano, a música passou a ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do Ensino de Artes. Incluiu-se também o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo dos Ensinos fundamental e médio. Mais recentemente, em 2011, o estudo dos símbolos nacionais foi no Ensino fundamental.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 09/12/2012
Assunto: Sem previsão de mudança para receitas estaduais		Página: Online



SEM PREVISÃO DE MUDANÇA PARA RECEITAS ESTADUAIS

Uso de royalties e piso do magistério são pontos de atrito

Apesar da reclamação intensa de governadores e prefeitos, a presidente Dilma Rousseff não deve promover mudanças significativas nas políticas econômicas que afetam as receitas de estados e municípios. A presidente considera acertadas, por exemplo, as desonerações setoriais de impostos e a manipulação de taxas, como a Cide, o chamado imposto do combustível, para conter a inflação. Mas as decisões de política econômica não são o único problema.

Prefeitos e governadores reclamam muito da diferença de tratamento que recebem de Dilma se comparado ao que recebiam de Lula. A presidente não gosta de dialogar com os governantes, pois considera que eles procuram o governo exclusivamente em busca de mais recursos, mas sem apresentar projetos de onde pretendem alocar. Os municípios se ressentem da falta de autonomia para tomarem decisões.

- A presidente não gosta da ideia de dar mais dinheiro só por dar. Ela gosta de atender a projetos, pois quer saber em que esse dinheiro será aplicado - um interlocutor da presidente.

Um problema mais recente na visão de prefeitos e governadores diz respeito ao uso dos recursos dos royalties, principalmente os do petróleo. Os governantes queriam ter em relação a esses recursos a mesma liberdade que têm hoje com os recursos do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. No entanto, a presidente Dilma está decidida a obrigar que as verbas do petróleo sejam usadas apenas em Educação, como definiu na sanção da nova lei do petróleo.

Outro ponto de atrito, também na área educacional, entre governadores e a União é a fixação do piso nacional do magistério, lei que obrigou estados e municípios a garantirem o pagamento de um piso salarial comum a todos. O gasto foi considerado inviável por vários estados. O Rio Grande do Sul, administrado pelo petista Tarso Genro, chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a obrigação.

Enquanto a presidente cultiva uma relação tensa com os prefeitos, a oposição começa a usar com força essa pauta federativa como bandeira eleitoral. Nos últimos dois anos, esse vem sendo um tema recorrente nos discursos das principais lideranças do PSDB e do DEM. O governo sabe que a relação ruim com prefeitos é um terreno fértil para a pregação oposicionista, mas, por ora, não deve mudar de rumo.

Constituição de 1988 engessou municípios

Para especialistas, boa parte desse engessamento dos estados e municípios a partir de regras criadas em Brasília tem origem na Constituição de 1988. A avaliação é que o modelo centralizador da nova carta definiu regras mais claras para as atribuições da União e criou responsabilidades para os demais entes da federação, como a obrigatoriedade de aplicar determinado percentual de suas receitas em Saúde e Educação, por exemplo.

No entanto, mesmo após a Constituição de 1988, a União continuou reduzindo ainda mais os recursos nas mãos dos estados, diz Gabriel Leal de Barros, do Ibre/FGV.

- Desde que os novos termos de repartição de receita entre União, estados e municípios foram fixados após a Constituição de 1988 e, mais tarde, na renegociação das dívidas dos estados e a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o fato é que o governo central vem mexendo em uma série de instrumentos fiscais que afetam a gestão pública dos estados e municípios, enfraquecendo o pacto federativo - diz Barros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 10/12/2012
Assunto: Um novo futuro para 17 mil alunos		Página: Online



UM NOVO FUTURO PARA 17 MIL ALUNOS

Programa Travessia ajuda estudantes com defasagem idade-série a avançar em Pernambuco

Problema muito comum nas Escolas públicas do Brasil, a defasagem idade-série caiu de 70% para 43,7% no Ensino médio em Pernambuco, entre 2007 a 2012. O resultado é fruto de iniciativas educacionais, entre elas o Programa Travessia, que formou ontem 17 mil Alunos, incluindo oito mil do Ensino fundamental. O programa, baseado na metodologia do Telecurso, foi implantado no estado em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Nos últimos cinco anos, 145 mil estudantes foram beneficiados em Pernambuco.

Ontem, estudantes de 17 localidades no estado estiveram no Centro de Convenções, em Olinda, para participar da cerimônia, que teve os atores Caio Blat e Maria Ribeiro, ambos da TV Globo, como mestres de cerimônia. Esta foi a quinta formatura do Travessia, que marca presença em 179 dos 185 municípios pernambucanos. A metodologia do programa é utilizada em mais de 600 Escolas da rede pública, espalhando-se por 2.189 salas de aula.

Flávia Maria da Silva, de 37 anos, foi uma das beneficiadas pelo programa. Ela terminou a oitava série aos 20 e parou quando entrou no Ensino médio, devido a uma gravidez complicada. Passou 15 anos fora da Escola, constituiu família e precisou trabalhar para criar os dois filhos. Voltou aos estudos, sob pena de não receber promoções na TAM, onde prestava serviço na limpeza, por meio de uma empresa terceirizada. Depois de participar do programa, já foi contratada pela empresa aérea e mudou de função, trabalhando na sinalização de aeronaves.

- Já posso chamar o avião (sinalizando com luzes) em qualquer pista do Brasil. Com seis meses de Travessia, minha vida mudou - disse Flávia, que já fez o Enem e pretende estudar marketing.

Robson Alves, de 22 anos, também participou do projeto. Ele enfrentou problemas na infância - sofreu atropelamento com um irmão, que morreu no acidente - e teve uma depressão. Não conseguia assimilar o conteúdo nas aulas, ficou sem estudar entre 2001 e 2002. Retornou aos estudos e logo ingressou no Travessia, para corrigir a defasagem idade-série. Mesmo antes de acabar o curso, já foi aprovado no vestibular de licenciatura em Física da Universidade Católica de Pernambuco.

- Em 2013 termino a faculdade e meu objetivo é ensinar e quebrar o tabu de que as ciências exatas são o bicho-papão nas Escolas.

Participaram da cerimônia o diretor-geral da Fundação Roberto Marinho, Hugo Barreto, e o secretário de Educação de Pernambuco, Anderson Gomes. Segundo o secretário, o programa tem índice de aprovação de 90%. Presente em seis estados brasileiros, o Travessia já formou 233 mil Alunos no país.